



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Bulcourn, Pablo; Dufour, Gustavo
Guillermo O'Donnell e sua contribuição para o desenvolvimento da Ciência Política Latino-Americana
Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 55, núm. 1, 2012, pp. 5-35
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21822925001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Guillermo O'Donnell e sua Contribuição para o Desenvolvimento da Ciência Política Latino-Americana*

Pablo Bulcourn¹

Gustavo Dufourn²

¹Professor e pesquisador da Universidade Nacional de Quilmes (UNQ) e da Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: pablo_bulcourn@yahoo.com.ar.

²Professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional Arturo Jauretche (UNAJ). E-mail: gustavodufourn@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Da Segunda Guerra Mundial até nossos dias, a Ciência Política foi se desenvolvendo e institucionalizando de maneira contínua. A partir das políticas geradas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a construção de redes internacionais sólidas como a Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), o desenvolvimento e a institucionalização da disciplina foram constantes, tanto no chamado Primeiro Mundo quanto no espaço latino-americano. Em alguns países, como a Argentina, já em 1957 é criada uma pequena associação nacional de caráter jurisdicista – a Associação Argentina de Ciência Política – destinada a promover os estudos políticos e que rapidamente se introduz na matriz internacional, participando de congressos e retomando, durante um breve período, a publicação da tradicional *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, que já funcionava em 1919 e continuou até 1928.

As instituições de pesquisa e educação superior, principais sedes do desenvolvimento da nossa disciplina, também demonstraram um enorme crescimento, sobretudo nos mundos anglo-saxão e europeu,

* Os autores querem agradecer expressamente a colaboração e o material biográfico fornecido por Gabriela Ippolito-O'Donnell. [A tradução do original em espanhol "Guillermo O'Donnell y sus Aportes al Desarrollo de la Ciencia Política Latinoamericana" é de Renata Oliveira Rufino]

mas também – embora em menor grau – na nossa região (Pasquino, 1996). O incremento paulatino dessas instituições foi “pendular”, pois em muitos países, como na Argentina, foi fortemente marcado pelos avanços e retrocessos da democracia como regime político; de fato, a oscilação entre regimes civis e civis-militares condicionou especialmente, e de forma negativa, as ciências sociais, pois centravam suas análises na própria atividade política, bem como nos movimentos e mudanças produzidos na estrutura social. O golpe militar de 1966 marcou, sem dúvida, um ponto de inflexão negativo muito grande para toda a comunidade acadêmica argentina, o que, por sua vez, foi intensificado com a volta dos militares ao poder em 1976.

A figura de Guillermo O’Donnell foi muito afetada, em sua primeira etapa, por essas vicissitudes, não só em sua trajetória acadêmica peculiar – e não linear –, mas também porque, ao mesmo tempo, proporcionaram-lhe, paradoxalmente, um conjunto de fenômenos políticos e sociais característicos como objeto de estudo e reflexão. De alguma estranha maneira, o autor analisou como poucos os próprios processos que teve que viver. Conhecer, padecer e refletir foram elementos substantivos ao longo do seu itinerário intelectual, que manteve durante essas décadas um característico conteúdo crítico, sem fazer monopólio de nenhuma tradição teórica, mas, sim, com a atitude de um intelectual comprometido com sua realidade e com seu próprio campo intelectual.

Depois de voltar dos seus estudos tardios de doutorado na prestigiosa universidade norte-americana de Yale, e a partir da publicação, em 1972, de *Modernización y Autoritarismo*, Guillermo O’Donnell foi se tornando uma referência na Ciência Política mundial. Sua capacidade intelectual de “batizar” esses fenômenos particulares e peculiares das sociedades latino-americanas desafiou, desde o início, as tendências dominantes da Ciência Política gerada nos países centrais. Com uma magistral capacidade de articulação teórica e uma sólida fundamentação empírica, estabeleceu os vínculos causais adequados entre a modernização social, o desenvolvimento econômico e o tipo de regime político. Foi essa insistente preocupação em compreender os novos autoritarismos emergentes em alguns países da América Latina que o levou, anos mais tarde – em *El Estado Burocrático-Autoritario* – a observar paciente e criticamente as características e contradições inerentes a essas novas formas de organização da dominação social e de estruturação do poder político. Depois, estudou as características da relação en-

tre o Estado “e” a sociedade em relação aos atores, suas alianças e a estruturação do poder político e social. Com a chegada da democracia, encabeçou parte dos programas de pesquisa mais importantes da política comparada, permitindo iluminar a dinâmica desses processos transicionais tão incertos durante aqueles anos. As próximas perguntas que faria, sobre a especificidade do tipo de democracia que se estabelecia nos países da região, motivariam uma nova etapa nos estudos sobre o regime político, a qualidade da democracia e os paradoxos e desafios que caracterizaram a região. Como poucos, O'Donnell teve também a habilidade para esmiuçar os vínculos entre liberalismo, democracia e republicanismo, tentando estabelecer laços entre a teoria política e a política comparada. A utilização do conceito de agência o levaria – nos seus últimos textos – a aprofundar-se sobre as características dos sujeitos políticos, analisando as bases e possibilidades da cidadania.

Porém, não se trata somente de um impecável e reconhecido trabalho intelectual; Guillermo O'Donnell exerceu também um papel fundamental na construção e consolidação de instituições acadêmicas nas quais se desenvolve atualmente a Ciência Política. Criou, dirigiu, administrou e participou de numerosos centros de pesquisa e ensino, tanto na América Latina quanto nos EUA, servindo como principal referência para os latino-americanistas de todo o mundo. Teve uma atuação destacada na IPSA, chegando à vice-presidência e à presidência da Associação. Seu trabalho nas universidades e centros da Argentina e do Brasil, bem como a marca que deixou nesses países, foi fundamental para a autonomização disciplinar e para a realização dos Congressos Mundiais de Ciência Política no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Foi, também, um dos principais promotores da criação da Sociedad Argentina de Análisis Político (SAAP), para acolher os cientistas políticos que não encontravam seu lugar na velha associação. Colaborou com grande parte dos principais projetos editoriais em níveis mundial e regional, o que constitui um aspecto fundamental do processo de institucionalização disciplinar.

Neste pequeno artigo, tentaremos analisar os aspectos básicos do seu itinerário intelectual, focalizando na sua contribuição à construção de instituições e ao ensino universitário, bem como em suas principais publicações e, brevemente, na construção conceitual que caracterizou todo o seu trabalho. Queremos destacar que Guillermo O'Donnell foi um dos exemplos mais completos de compromisso historicamente si-

tuado, orientado por uma crítica profunda, porém sem extremismos e sem cair na adulação aos poderosos, além de ser partidário do diálogo e do livre debate de ideias.

ESTUDANDO O CAMPO CIENTÍFICO-ACADÊMICO

Embora o eixo do nosso trabalho seja a história intelectual de Guillermo O'Donnell, esta não pode ser compreendida sem levar em consideração os processos políticos e sociais pelos quais transitou O'Donnell, tanto no plano estrutural quanto na caracterização que, durante certo lapso de tempo, teve o campo científico-acadêmico. Deste modo, "biografia e história" se entrelaçam para ajudar a compreender um itinerário pessoal, que se situa tanto na concepção das perguntas quanto na busca das respostas. O próprio O'Donnell expressou isso da seguinte maneira:

Você sempre pensa e escreve a partir de algum lugar, de alguma circunstância histórica e social e contra alguma interpretação disso. Apesar daqueles que acreditam de maneira equívoca, e não são poucos, que o conhecimento do social pode ser uma ciência asséptica, estamos sempre, conscientemente ou não (e o melhor é que seja consciente), imersos em algum debate, em alguma luta de ideias. Essa é, ao menos, a minha experiência pessoal e, que eu saiba, a do melhor das ciências sociais e da história latino-americanas (O'Donnell, 2007:188).

A atividade científica sistemática realizada desde a modernidade encontra-se ligada àquilo que denominamos "comunidade científica", que apresenta, conforme cada disciplina e momento histórico, diferentes graus de desenvolvimento, heterogeneidade ou homogeneidade. A diversidade é um traço distintivo dessa atividade e ainda mais no campo das ciências histórico-sociais. Isto não deve ser visto como um defeito ou atraso do desenvolvimento cognitivo, e, sim, como próprio do acontecer científico (Giddens, 1987). Por outro lado, nas disciplinas que refletem sobre os sistemas de dominação instaurados pelos homens, toda tentativa hegemônica é prejudicial para compreender a complexidade da própria política e tende a silenciar vozes dissidentes ou a produzir esquemas extremamente simplistas (Bulcourn, 2007; Bulcourn e Cardozo, 2010). Queremos destacar que na nossa concepção a ciência é, sobretudo, uma construção social historicamente situada, cujo principal objetivo é a produção de conhecimentos considerados válidos e apoiados em uma rigorosa fundamentação empírica. Porém,

este não é seu único objetivo. A ciência, e o conhecimento que esta produz, é uma clara ferramenta de transformação social que estende o seu modo de ação também ao meio natural. Portanto, o axioma exposto por Francis Bacon no começo da modernidade adquire um sentido especial: “saber é poder”.

Na tentativa de analisar a atividade científica de forma integral, mas também de limitar e sistematizar nosso objeto de estudo, centramos as diretrizes conceituais que utilizaremos em três eixos principais:

- Os processos de institucionalização disciplinar. Concentrando sua análise na “história interna”.
- Os processos de profissionalização disciplinar. Focalizando nos mecanismos de vinculação entre “história interna” e “história externa”¹.
- O estudo da produção teórica mediante a análise metateórica, entendendo-a como uma forma de indagação que parte da confluência de diferentes contribuições da epistemologia, da sociologia do conhecimento e da ciência, da história da ciência e, principalmente, da atividade crítica e autorreflexiva dos próprios cultores da disciplina (esta pode indagar sobre a natureza conceitual e a teoria substantiva presente, a teoria do conhecimento, os fundamentos básicos subjacentes, as tradições teóricas de pertencimento, as suturas epistemológicas, entre outros elementos)². Dentro destes estudos, é importante estabelecer os sistemas de tipologias para a classificação das tradições teóricas (Alford e Friedland, 1991; Bulcourn e Vázquez, 2004).

Esses eixos constituem-se a partir da inter-relação dos seguintes elementos fundamentais:

- *Atores*, entendidos como os “cientistas”, portadores de sua biografia, modo de ação e valores constitutivos. São *agentes sociais* na qualidade de produtores e reprodutores das suas práticas com diferentes graus de consciência e liberdade, porém condicionados historicamente. Os atores são construtores da sua subjetividade. Estes agem não só como “indivíduos”, mas como “grupos”, chamados na atividade científica de grupos de pesquisa³.
- *Instituições* são os âmbitos ou espaços nos quais as práticas são produzidas e reproduzidas. As instituições provêm de marcos de contenção, limitação e recursos, além da presença diacrônica das mencionadas práticas. A comunidade científica possui sentido e identi-

dade na medida em que existam as instituições e suas reproduções. Em relação aos tipos de instituição, dependendo de como se estruturar a comunidade científica em cada país ou região, estas podem ser de “ensino” ou de “pesquisa”, ou privilegiar uma destas funções sobre a outra.

- *Estruturas* são os elementos sistêmicos que permitem e sustentam os atores e as instituições. As estruturas são a matriz relacionada à “história externa”. Fazem parte das mesmas as dimensões econômica, cultural, social e política da sociedade.
- *Produtos*, entendidos como os conhecimentos produzidos e comunicados pela comunidade científica. Estes produtos são “materializados” em publicações, patentes, tecnologias, entre outros. No campo das ciências sociais, podemos dizer que as publicações de revistas científicas, os livros especializados, as comunicações e apresentações em congressos e jornadas, os relatórios de pesquisa e documentos de trabalho constituem principalmente essa “materialização”.
- *Redes*, entendidas como os laços interinstitucionais e de vinculação dentro da própria comunidade científica e, às vezes, com outros âmbitos da vida social. As redes e sua densidade são elementos centrais para analisar os graus de institucionalização de uma disciplina. Um exemplo disto são as associações científicas, verdadeiras redes de instituições e atores.

Um dos elementos a considerar como produto da interseção das estruturas, das instituições e das práticas cognitivas dos atores é a ideologia, compreendida como o conjunto de ideias, conhecimentos, crenças, valores e práticas que orientam o proceder político e social das pessoas, construindo universos simbólicos que tendem a se “cristalizar” nas instituições e estruturas. As ideologias tendem a perpetuar certas práticas e a atuar como demolidoras de outras.

No caso da história da ciência e, em particular, nas ciências sociais e humanidades, os aspectos ideológicos prevaletentes em determinado momento e em determinada sociedade constituem um “caldo de cultivo” que pode fomentar ou restringir o desenvolvimento da disciplina. Por outra parte, a atividade científica, como produtora privilegiada de conhecimentos, atua sobre a matriz ideológica provocando um amoldamento mútuo. Isto é um claro exemplo do caráter reflexivo do conhecimento social sobre o próprio âmbito que pretende indagar⁴.

Trataremos de analisar, a seguir, como esses elementos estão presentes em uma biografia em particular, condicionando o seu desenvolvimento, mas também possibilitando problemáticas e enfoques característicos.

A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL

Guillermo O'Donnell desenvolveu seu trabalho intelectual durante o período no qual se consolidou grande parte das instituições e redes de Ciência Política do mundo desenvolvido e foi criada grande parte das instituições e redes da América Latina. Participou pessoal e intensamente nos dois espaços geográficos, o que foi central para a institucionalização da disciplina em nossa região, permitindo um frutífero intercâmbio entre o “primeiro mundo” e “os países em desenvolvimento”.

Possivelmente, seus estudos de doutorado na universidade norte-americana de Yale tiveram um sentido positivo, pois já era um intelectual maduro, com um grande conhecimento dos textos clássicos que, mais tarde, durante sua trajetória como professor, aprofundou o intercâmbio de ideias e experiências de “igual para igual” com uma série de destacados cientistas políticos como Robert Dahl, Charles Lindblom, David Apter, Juan Linz e Alfred Stepan. Durante esse período, começou a construção de fortes laços acadêmicos e pessoais com os principais cientistas dos Estados Unidos e da Europa. A intensa leitura das teorias centrais elaboradas desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 será o pilar do início de uma nova concepção fortemente crítica e gerada na “periferia”.

Junto a destacados colegas como Oscar Oszlak, O'Donnell embarcou na criação do Centro de Estudos de Estado e Sociedade (Cedes), onde começará sua longa “militância institucional”⁵. Este centro reunirá a maioria dos estudiosos sobre fenômenos políticos e sociais que pretendiam adotar um enfoque crítico dos processos políticos próprios dos países do chamado terceiro mundo. Guillermo O'Donnell atuou como diretor da organização de 1975 até 1979. Durante esses anos também participou como membro do Comitê Diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES), instituição que publica até a atualidade a revista de ciências sociais *Desarrollo Económico*, a publicação mais antiga e prestigiosa do país. Além disso, durante essa época, foi diretor do Comitê de Pesquisa sobre o Estado do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Foram anos muito difí-

ceis no plano político, marcados pela violência e intolerância, nos quais era extremamente difícil a atividade acadêmica e de pesquisa, que se tornou uma atividade de “catacumbas” depois de instaurada a ditadura do autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”.

O segundo período que podemos apontar, superposto em alguns anos com o anterior, começará com a participação de Guillermo O’Donnell como membro do Comitê Acadêmico do Programa Latino-Americano do Woodrow Wilson Center for International Scholars, em Washington, atividade desenvolvida entre 1976 e 1983. Durante esse lapso, ocorreriam os processos de transição democrática da terceira corrente democratizadora, que seriam estudados de forma comparada no projeto *Transitions from Authoritarian Rule*, do qual O’Donnell foi codiretor, projeto realizado por meio da parceria entre o Kellogg Institute, o European University Institute e a Oxford University.

Durante esses anos o trabalho institucional foi muito importante nos EUA, permitindo o desenvolvimento do grupo de latino-americanistas mais importantes. Entre 1982 e 1997, O’Donnell seria diretor acadêmico do Instituto para Estudos Internacionais do Instituto Helen Kellogg da Universidade de Notre Dame e, entre 1982 e 1986, membro do Comitê de Estudos de Política Exterior do Comitê de Pesquisas de Ciências Sociais dos EUA (SSRC), um dos maiores reconhecimentos que um científico social pode receber naquele país, onde, entre 1999 e 2000 atuou como vice-presidente da Associação Norte-Americana de Ciência Política (APSA).

No Brasil, Guillermo O’Donnell foi um dos impulsores da autonomização da Ciência Política como disciplina. Foi pesquisador titular, entre 1980 e 1982, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e, entre 1983 e 1988, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), onde foi codiretor de dois importantes projetos: *Políticas Sociais no Cone Sul e Brasil* (1990-1993), em colaboração com o Instituto Kellogg, e *Dilemas e Oportunidades de Consolidação Democrática na América Latina Contemporânea* (1985-1987), com a Universidade Federal de Minas Gerais. Entre 1993 e 1996, atuou como membro do Conselho Acadêmico do Centro de Políticas Internacionais e Comparativas da Universidade de São Paulo.

Um terceiro período marcou a importância de O’Donnell como consultor internacional, o que iria mostrar sua relevância como cientista social de renome internacional. Estas consultorias permitiram dar à Ciên-

cia Política um sólido contexto de aplicação fora do campo universitário, o que favoreceu a construção de uma série de redes sobre temas da agenda política, vinculando organismos internacionais, governos e o campo intelectual. Entre 1992 e 1997, foi membro do Comitê Consultivo Internacional do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas (UNRISD) e, entre 1995 e 1996, desempenhou a mesma função no Comitê Consultivo Internacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). De 2001 a 2005, foi membro do Comitê Consultivo Acadêmico do Clube de Madri e, entre 2002 e 2004, membro do Clube de Tampere pela Paz e Democracia, da Finlândia. De 2004 a 2006, no México, foi membro do Comitê Consultivo Internacional do Centro de Responsabilidade, Legalidade e Estado de Direito (FIACSO). Entre 2006 e 2008, também integrou o Comitê Consultivo do Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF) e o Comitê Consultivo Internacional do Foro Internacional para a Paz e a Civilização da Academia Científica da República da Coreia.

O trabalho de Guillermo O'Donnell foi muito importante para o desenvolvimento da IPSA. Em 1982, foi Diretor do Comitê do Programa do XII Congresso Mundial da disciplina, realizado no Rio de Janeiro, o que propiciou a visita dos mais destacados cientistas políticos à América Latina. Entre 1982 e 1988, foi membro do Comitê de Pesquisa e do Comitê de Grupos de Estudo da Associação, e assumiu sua vice-presidência de 1985 até 1988, ano em que foi nomeado presidente, mantendo-se nesta função até 1991. Nesse mesmo ano, o Congresso Mundial aconteceria em Buenos Aires, evento de Ciência Política mais importante realizado até os dias de hoje na Argentina, o que constitui um dos marcos no processo de desenvolvimento da Ciência Política no país⁶.

Com o advento da democracia, Guillermo O'Donnell exerceu um papel fundamental no desenvolvimento das redes institucionais da disciplina. Diante da negativa da velha Associação Argentina de Ciência Política de incorporar, como membros plenos, grande parte dos especialistas que estavam exilados no exterior ou que não haviam feito parte da associação por diversos motivos, O'Donnell e um conjunto de colegas decidem criar uma nova associação, a Sociedad Argentina de Análisis Político (SAAP). Dado o prestígio internacional de O'Donnell, a IPSA permitiu a exceção e aceitou duas associações por parte da Argentina; as duas ficaram encarregadas de organizar o congresso mundial de 1991. Com o correr dos anos, a SAAP cresceu e desenvolveu várias atividades acadêmicas, entre elas os dez Congressos Nacio-

nais de Ciência Política realizados até a atualidade, além de dar continuidade a uma política de promoção editorial, primeiro com o *Boletim SAAP* e, depois, com a *Revista SAAP*, sendo que esta se tornou uma das publicações científicas periódicas mais importantes do país. Em 2003, foi nomeado “presidente honorário” da associação (De Luca, 2011). Por ocasião de sua volta definitiva à Argentina, O’Donnell presidiu o CIESDAL na Universidad Nacional de General San Martín.

Com referência ao ensino universitário, o trabalho de O’Donnell começou logo após formar-se como advogado; foi professor assistente no curso de Direito da Universidade de Buenos Aires de 1958 a 1966, ano em que passa a lecionar no curso de Ciência Política da Universidade Católica Argentina, função que manteria até 1968. De 1972 a 1976, foi professor titular na Universidad del Salvador; este período foi fundamental para o desenvolvimento da Ciência Política na Argentina, pois O’Donnell fez parte do primeiro corpo de docentes, selecionados principalmente por Carlos Floria, após a adoção do primeiro projeto curricular de Ciência Política *stricto sensu* no país. Durante esses anos anteriores à ditadura do autodenominado Processo de Reorganização Nacional, esta Casa de Altos Estudos formou boa parte dos que seriam os profissionais mais destacados após o reinício da democracia (Bulcourn e Jolías, 2006).

É durante esse período que começa sua atividade como professor visitante no mundo anglo-saxão, primeiro, na Universidade de Michigan, em Ann Arbor, durante os anos de 1973 e 1974, e, depois, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, durante 1982. No Brasil, nessa mesma época, desempenhou a atividade de professor de maneira muito destacada dentro do processo de desenvolvimento disciplinar desse país como professor titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), entre 1980 e 1982.

Na Argentina, durante a mencionada ditadura, O’Donnell só pôde lecionar em cursos de pós-graduação, na sede da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Buenos Aires, em 1978 e 1979. Em 1982 começa seu longo período como professor titular da cátedra Helen Kellogg de Governo e Estudos Internacionais da Universidade de Notre Dame, em Indiana, onde recebeu o título de professor emérito em 2009.

Durante esses anos lecionou em vários cursos de pós-graduação em universidades europeias. Foi professor visitante no Centro de Estudos

Avançados em Ciências Sociais do Instituto Juan March, em Madri, em 2005; professor da cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge, entre 2002 e 2003, e membro permanente do Clare Hall College, a partir de 2003; professor visitante no Balliol College da Universidade de Oxford, entre 2007 e 2008, onde também foi pesquisador e membro associado do Nuffield College, em 2005 e entre 2007 e 2010. Desde seu regresso parcial à Argentina, a partir de 2007, foi professor *ad honorem* na Escola de Política e Governo da Universidade Nacional de San Martín.

Sua importância no desenvolvimento de instituições como membro, consultor e diretor, além do seu desempenho como investigador e docente tornaram-no merecedor de grandes prêmios e honras que, somados ao seu desenvolvimento conceitual, transformariam Guillermo O'Donnell em um dos cientistas políticos mais importantes dos últimos quarenta anos⁷.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA E O DESENVOLVIMENTO EDITORIAL

Guillermo O'Donnell foi um dos cientistas sociais mais produtivos da América Latina, não só devido à “quantidade” de artigos seus publicados em revistas especializadas, documentos de trabalhos e livros, mas principalmente pela repercussão que estes tiveram no âmbito da Ciência Política mundial. Seus trabalhos foram publicados, traduzidos e reeditados em vários idiomas; seus artigos e documentos de trabalho integraram várias edições em livros e compilações posteriores, o que demonstra a relevância internacional das publicações de O'Donnell.

Publicou oito livros individuais, vários, como mencionamos, traduzidos para outros idiomas e reeditados em suas línguas originais. Compilou e escreveu, em coautoria, catorze livros junto a destacados colegas de várias regiões do mundo e publicou mais de cem artigos em revistas científicas e como capítulos de livro.

Quanto ao desenvolvimento editorial, Guillermo O'Donnell colaborou com numerosas publicações em caráter de conselheiro ou assessor editorial e membro de conselhos acadêmicos; entre as principais publicações, podemos mencionar:

Brazilian Political Science Review,
Bulletin of Latin American Research,
Current Sociology,

DADOS – Revista de Ciências Sociais,
Desarrollo Económico,
Development and Change,
International Journal of Sociology,
International Political Science Review,
International Organization,
International Sociology,
Journal of Conflict Resolution,
Journal of Democracy,
Journal of Latin American Studies,
Latin American Research Review,
Nossa América,
Política y Gobierno,
PostData,
Revista Iberoamericana de Derechos Humanos,
Revista Latinoamericana de Ciencia Política,
Revista SAAP,
Sociología y Política,
The Review of Politics.

Além do aspecto simbólico de suas colaborações como membro editorial, O'Donnell sempre teve uma atitude altamente comprometida com o papel de avaliador e editor das publicações mencionadas⁸. Também, durante os anos 1992 e 1996, foi membro do comitê editorial da série de livros publicados pela IPSA.

Entre os livros mais destacados de Guillermo O'Donnell, podemos apontar, em primeiro lugar, *Modernización y Autoritarismo*, publicado originalmente em 1972, tanto na Argentina como nos EUA. Este livro representou a inserção internacional de O'Donnell e suas posturas críticas marcaram um ponto de inflexão nos estudos sobre a relação entre modernização e o tipo de regime político⁹.

Em 1982, é publicado o segundo livro de O'Donnell com grande repercussão internacional: *El Estado Burocrático-Autoritario: 1966-1973, Triunfos, Derrotas y Crisis*. Nesta obra, O'Donnell realiza um estudo de caso, a Argentina sob a “Revolução Argentina”, em que aperfeiçoa o conceito de “regime burocrático-autoritário”, já presente em *Modernización y Autoritarismo*, substituindo-o por “Estado burocrático-autoritário”. O modelo proposto por O'Donnell será utilizado posteriormente em grande parte dos estudos centrados nas ditaduras militares pró-

prias dos países de maior desenvolvimento dentro contexto latino-americano¹⁰.

Em 1985, é publicada uma série de trabalhos anteriores seus em coreano com o título de *Capitalism and Bureaucratic-Authoritarianism*. No ano seguinte publica, em português, *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*, cuja versão com algumas modificações será publicada em espanhol, em 1997, e em inglês, em 1999. Neste livro será compilada uma grande quantidade de artigos que foram publicados em várias revistas e que sintetizarão as contribuições de Guillermo O'Donnell até a data de surgimento do livro. No ano seguinte publicará, no Brasil, *Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários*.

As últimas obras individuais de Guillermo O'Donnell são *Disonancia. Críticas Democráticas a la Democracia*, de 2007, e *Catacumbas*, publicada um ano depois. Nesses dois livros, assim como em *Contrapontos*, são expostos diferentes trabalhos publicados anteriormente, como documentos, conferências e/ou artigos¹¹. Depois dessas duas obras, publica, em 2010, *Democracia, Agencia y Estado*, uma obra integral, na qual são articulados os principais temas abordados por O'Donnell durante toda a sua carreira, pretendendo oferecer uma série de questões que retomam o problema da política, o regime político e a formação estatal, incorporando um elemento fundamental dos últimos trabalhos, a ideia de “agência”, atribuindo ao sujeito político um lugar central na compreensão dos fenômenos centrais da Ciência Política.

Ao longo de sua trajetória, Guillermo O'Donnell publicou uma grande quantidade de livros em coautoria ou como coordenador junto a outros colegas. Entre eles, podemos destacar *Dependencia y Autonomía*, com Delfina Linck, em 1973, e *Development, Democracy and the Art of Trespassing: Essays in Honor of Albert O. Hirschman*, editado conjuntamente com Alejandro Foxley e Michael S. McPherson e publicado em 1986. Por outro lado, publica, com Fábio Wanderley Reis, em 1988, *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, um livro fundamental para compreender os processos políticos no Brasil. Depois, seguiram-se uma série de escritos como *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, editado com Scott Mainwaring e J. Samuel Valenzuela, de 1992; *Sustainable Democracy*, com Adam Przeworski, em 1995; *Poverty and Inequality in Latin America*, editado com Víctor Tokman, em 1998; *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*, coeditado com Juan Méndez e Pau-

lo Sérgio Pinheiro, em 1999, e *Democracia, Desarrollo Humano y Ciudadanía. Reflexiones sobre la Calidad de la Democracia en América Latina*, coeditado com Osvaldo Iazzetta e Jorge Vargas Cullel, em 2003.

Posteriormente a esses trabalhos, podemos apontar duas obras coletivas muito importantes para a compreensão das características dos processos democráticos e das particularidades do tipo específico dentro dos regimes latino-americanos: *New Voices in the Study of Democracy*, coeditado com Joseph Tulchin e Augusto Varas, em 2008, e o seu último trabalho *Democracia Delegativa*, coordenado com Osvaldo Iazzetta e Hugo Quiroga e publicado em 2011.

Merece uma análise especial o conjunto de trabalhos publicados com Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, reunidos em quatro volumes com o nome genérico de *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, editados em 1986. Esta majestosa obra constituirá o estudo comparativo mais importante já realizado sobre as transições da “terceira corrente democratizadora”, com uma repercussão internacional enorme, que iria marcar a agenda dos trabalhos centrados nesta área da política comparada. Como corolário desses trabalhos, o volume quatro, *Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, escrito por O’Donnell e Schmitter se tornará um mais citados dentro dos estudos sobre democratizações recentes¹².

Outro elemento relevante para analisar atualmente a “visibilidade” de uma pessoa e alguns aspectos de sua produção pessoal consiste em rastrear sua presença na *web*. Utilizando este critério, observamos que Guillermo O’Donnell é o cientista político argentino com mais registros, o que podemos ver nos seguintes quadros:

Quadro 1
Presença de Guillermo O’Donnell no Google

Termo da busca	Google Comum (número de menções)	Google Acadêmico (número de menções)
“Guillermo O’Donnell”	1.770.000	17.100
“Estado burocrático-autoritário”	66.500	825
“Democracia delegativa”	33.100	1.730

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa na *web* em 16/3/2012.

Uma forma um pouco mais refinada de avaliar o impacto e a visibilidade da obra de Guillermo O’Donnell é recorrer à informação fornecida

por *Publish or Perish*. Utilizando esse *software*, os dados obtidos são os seguintes:

Quadro 2
Presença de Guillermo O'Donnell em *Publish or Perish*

Termo da busca	<i>Publish or Perish</i>
"Guillermo O'Donnell"	12.285
"Bureaucratic authoritarianism"	200
"Delegative democracy"	2.069

Fonte: Elaborado pelos autores.

Obs.: O número de menções correspondentes a "Bureaucratic authoritarianism" e "Delegative democracy" referem-se às publicações em inglês de ambos os textos.

DAR NOME ÀS FERAS: A REVOLUÇÃO CONCEITUAL DE GUILLERMO O'DONNELL

Uma das principais razões da relevância internacional de Guillermo O'Donnell foi sua grande habilidade para "criar" conceitos que abarcassem as características particulares e históricas dos processos políticos próprios da América Latina, muitos deles em clara dissonância e desafiando as concepções hegemônicas dentro da Ciência Política gerada a partir da Segunda Guerra Mundial. Como ele bem assinalou em numerosas entrevistas e conferências, sua *virtude* intelectual consistiu em "dar nome às feras". Essa paternidade teórica teve um impacto marcante sobre a agenda de discussão da disciplina, tanto na Argentina como em toda a região, do começo da década de setenta até nossos dias (D'Alessandro, 2011).

A problemática do tipo de regime político, suas especificidades e condicionantes estruturais foi uma das preocupações centrais durante todos esses anos, presente já de maneira precoce em *Modernización y Autoritarismo*. Diante das tendências predominantes, fortemente eurocêntricas, e baseadas na experiência histórica das democracias norocidentais, O'Donnell questionará vigorosamente a universalização da hipótese de que, diante de um maior desenvolvimento econômico, haverá melhores condições para uma democracia política, o que ele denominou "hipótese otimista". A essa ideia ele contrapõe, a partir de um pormenorizado estudo empírico, o que denominará a "hipótese pessimista", quando corrige a correlação e propõe que o que o desenvolvimento econômico causa não é necessariamente uma democracia e, sim, uma pluralização política, que pode derivar em outros tipos de

regime que denominará “burocrático-autoritários”. Essa visão crítica é baseada, em parte, em um conjunto de trabalhos que foram sendo realizados nos países do terceiro mundo, denominados, na época, de países “em vias de desenvolvimento”. Nessa linha de argumentos se enquadram parte das contribuições que vinham sendo realizadas por autores como David Apter¹³.

A concepção do Estado e sua dinâmica específica, presente em *Modernización y Autoritarismo*, inscrevem-se na tradição teórica weberiana, que se estenderá às suas obras posteriores. Na versão de “Apuntes para una Teoría del Estado”, afirma, “entendo por Estado o componente especificamente político da dominação em uma sociedade territorialmente delimitada. Por dominação (ou poder), entendo a capacidade, atual e potencial, de impor regularmente a vontade sobre outros, inclusive, porém não necessariamente contra sua resistência” (O’Donnell, 1985:200). Afirma em seguida: “Assim, entendo o político no sentido próprio ou específico como uma parte analítica do fenômeno mais geral da dominação: aquela que se acha respaldada pela marcante supremacia no controle dos meios de coerção física em um território excludente” (*idem*)¹⁴.

Para O’Donnell, a chave da análise da estruturação das relações entre o Estado e a sociedade não se encontra em nenhum dos extremos, mas, sim, na sua conjunção, que surge da dinâmica histórica e que dará como resultado formações político-sociais específicas, como é o caso dos Estados burocrático-autoritários (Cardozo, 2011). Cabe ressaltar que, já nesta etapa, vão se somando elementos provenientes da tradição neomarxista, da qual o nosso autor foi um sólido conhecedor, inclusive dos textos do próprio Karl Marx; estabelecendo que a forma histórica que corresponde ao Estado é a sociedade capitalista, e afirmando:

O Estado que nos interessa aqui é o Estado Capitalista. A modalidade de apropriação do valor criado pelo trabalho constitui as classes fundamentais do capitalismo mediante a relação social estabelecida por essa criação e apropriação. Os mecanismos e consequências mais notórios dessa relação são econômicos. A principal - porém não a única - relação de dominação em uma sociedade capitalista é a relação de produção entre capitalista e trabalhador assalariado, mediante a qual o valor do trabalho é gerado e apropriado. Este é o coração da sociedade civil, seu grande princípio de contraditório ordenamento. (O’Donnell, 1985:202)

O Estado burocrático-autoritário surge como uma forma particular e específica das sociedades latino-americanas altamente modernizadas, com uma determinada conjunção de atores sociais enfrentados pela apropriação, ao mesmo tempo material e política, do poder social, na qual é necessária a conformação tanto de uma burguesia nacional, quanto de um movimento trabalhista, sob certo pretorianismo, que tenta ser canalizado pela diminuição da participação política desses últimos setores e pela instauração de um regime de caráter autoritário, que pretende “curar a nação”, como uma de suas missões simbólicas.

Anos mais tarde, Guillermo O'Donnell continuará seus estudos nessa direção, como bem define em “Estado, Democratización y Ciudadanía”:

O Estado é (...) um conjunto de relações sociais que estabelece certa ordem em um determinado território e, finalmente, sustenta essa ordem com uma garantia coercitiva centralizada (...). Muitas dessas relações estão amparadas, contidas, ou melhor, formalizadas mediante um sistema legal provido e respaldado pelo Estado. O sistema legal é uma dimensão constitutiva do Estado e da ordem que este estabelece e garante no território determinado. Não se trata de uma ordem igualitária, socialmente imparcial (...). Mas é uma ordem, no sentido de que compromete múltiplas relações sociais com base em normas e expectativas estáveis. (...) A eficácia da lei sobre um determinado território compõe-se de inúmeras condutas criadas pelo hábito, que em geral, conscientemente ou não, são compatíveis com o que prescreve a lei. Essa eficácia baseia-se em uma expectativa muito generalizada (...) de que, se for necessário, a autoridade central, investida com os poderes pertinentes fará cumprir essa lei. (...) Vemos que a lei é *um* elemento constitutivo do Estado: é a *parte* do Estado que proporciona a urdidura regular e subjacente para a ordem social que existe em um território determinado. (O'Donnell, 1993:4)

Os estudos sobre a transição democrática vão permitir um desenvolvimento muito importante da política comparada na região. A ideia de mostrar os mecanismos que permitiam explicar esses processos levará O'Donnell a incorporar os resultados conceituais do neoinstitucionalismo, pois era necessário explicar aquelas mudanças do regime político, que não estavam configuradas a partir dos aspectos mais estruturais da sociedade¹⁵. Esses trabalhos partirão de uma forte influência da concepção poliárquica de democracia presente nas pesquisas empírico-comparadas de autores como Robert Dahl. Por outro lado, havia um

significativo conteúdo ético-normativo, baseado na necessidade de proporcionar um conhecimento capaz de intervir positivamente, para permitir a consolidação dessas incipientes e incertas democracias. Como afirmam O'Donnell e Schmitter em *Transiciones desde un Gobierno Autoritario*:

O primeiro tema geral mencionado é de índole normativa. Refere-se a que a instauração e eventual consolidação de uma democracia política constituem, *per se*, um objetivo desejável. Alguns autores foram mais sensíveis que outros diante das concessões que isso pode implicar em termos de perda ou postergação de oportunidades para uma maior justiça social e igualdade econômica; porém todos concordaram que o estabelecimento de certas normas para uma competência política regular e formalizada merece a atenção prioritária de estudiosos e de profissionais. O segundo tema, que, de certa forma, é um corolário do primeiro, refere-se ao esforço por captar a extraordinária incerteza do processo de transição com suas numerosas surpresas e dilemas. Poucos períodos apresentam opções e responsabilidades éticas e políticas tão grandes. (O'Donnell e Schmitter, 2010:23-24)

Com o passar dos anos e com a diminuição da incerteza sobre os processos de democratização na região, começam a aparecer novas questões que apontam para a compreensão das características e peculiaridades do tipo democrático que foi se consolidando na América Latina e das diferenças entre estes e aqueles que caracterizaram historicamente as democracias anglo-saxônicas e da Europa atlântica depois da Segunda Guerra Mundial: este conjunto de novas perguntas levarão Guillermo O'Donnell a propor o conceito de “democracia delegativa”, que determinará uma nova etapa de discussão na Ciência Política. De modo geral, esse “novo animal” se caracterizará da seguinte maneira:

As democracias delegativas baseiam-se na premissa de que a pessoa que ganhar a eleição presidencial está autorizada a governar da maneira que achar conveniente, apenas restringida pela crua realidade das relações de poder existentes e pela limitação constitucional do fim do seu mandato. O presidente é considerado a encarnação da nação e o principal definidor e guardião dos seus interesses. As medidas de governo não precisam manter nenhuma semelhança com as promessas da campanha. Por acaso, o presidente não foi autorizado a governar como melhor achasse? Considerando que se supõe que esta figura paternal vai cuidar do conjunto da nação, sua base política deve ser um movimento, a superação vibrante do faccionalismo e dos conflitos associa-

dos aos partidos. Em geral, nas democracias delegativas, os candidatos presidenciais vitoriosos veem a si mesmo como figuras que estão acima dos partidos políticos e dos interesses organizados. (...) A partir dessa perspectiva, outras instituições - os tribunais e as legislaturas, entre outras - são apenas estorvos que, infelizmente, acompanham as vantagens domésticas e internacionais resultantes de ser um presidente democraticamente eleito. *Accountability* (responsabilidade) dessas instituições é vista como um mero impedimento da plena autoridade que foi delegada ao presidente. (O'Donnell, 1997:293-294)

Como mencionamos, a caracterização dessa espécie de democracia abrirá um dos debates mais importantes dentro da Ciência Política, tanto na América Latina, quanto para os especialistas dos países centrais que se dedicam ao seu estudo. Depois da apresentação inicial deste conceito, numerosos debates tornaram-no um elemento de grandes discussões, disputas teóricas e empíricas e reconsiderações conceituais¹⁶. Com o objetivo de constituir um *corpus* teórico mais amplo sobre o fenômeno democrático, Guillermo O'Donnell insistiu nos últimos anos sobre a necessidade de problematizar mais profundamente a democracia para além dos aspectos internos que configuram o regime político, assinalando:

A. Uma teoria adequada da democracia deve especificar as condições históricas de surgimento dos diferentes tipos de casos, ou, o que é igual, deve incluir uma sociologia política historicamente orientada. B. Nenhuma teoria referida a um objeto social deve omitir o exame dos usos linguísticos desse objeto. Desde tempos imemoriais, diferentes e importantes conotações morais foram atribuídas ao termo “democracia”, com base em uma visão dos cidadãos como agentes. Isto determina que a teoria democrática, inclusive a de orientação empírica, deve abordar complicadas, porém, inevitáveis, questões de filosofia política e de teoria moral. C. Uma teoria da democracia (da democracia sem mais) deve incluir também, e em um lugar muito central, diversos aspectos da teoria do direito, na medida em que o sistema legal promulga e sustenta características fundamentais da democracia e, como veremos mais adiante, da cidadania como agência. D. Isto acarreta que a democracia não só deve ser analisada no plano do regime, mas também no plano do Estado, sobretudo do Estado como sistema legal; e de certos aspectos do contexto social geral. (O'Donnell, 2007:21-22)

Durante os últimos anos, Guillermo O'Donnell manifestou em diversas ocasiões que pretendia elaborar uma obra que integrasse parte de

suas contribuições com as diferentes concepções de Estado e sua articulação com o regime político. Em numerosos artigos, O'Donnell deu “pistas” dessa nova obra, nas quais destaca de maneira contundente a incorporação do conceito de agência. Realiza uma interessante reconstrução histórica do conceito de agência, partindo da importância das religiões criacionistas, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, bem como, desde outro enfoque, dos trabalhos de Cícero e dos estóicos; do *Corpus Juris Civilis* do imperador Justiniano; da escola medieval de Bologna; dos neoescolásticos de Salamanca do século XVI, como Francisco de Vitória, e também dos protestantes, como Hugo Grotius e principalmente Thomas Hobbes. Continua, tratando a “teoria voluntária do contrato”, elaborada posteriormente por Locke, Kant, Pufendorf e Rousseau, entre outros, que contradiz a visão arquitetônica do direito de tipo organicista, representada por Aristóteles e Santo Tomás. Prossegue com a ideia capitalista do trabalho livre estudada por Marx e Weber (formação do Estado, desenvolvimento do capitalismo e expansão do direito racional-formal). Dessa forma, chega à concepção do sujeito político democrático como agente que pressupõe a constituição de um cidadão portador de um conjunto articulado de direitos civis, políticos, sociais e culturais. Por outro lado, a agência pressupõe margens de decisão e, portanto, de responsabilidade na atuação política.

Ao definir com suas palavras o conceito de agência, Guillermo O'Donnell aponta:

Agência implica a presunção da capacidade de tomar decisões consideradas suficientemente razoáveis para ter consequências importantes, tanto em termos da agregação de votos quanto do exercício de cargos governamentais e/ou estatais. Os indivíduos podem não exercer tais direitos e liberdades, mas o sistema legal de um regime democrático constrói a todos como igualmente capazes de exercitar tanto estes direitos e liberdades quanto as obrigações correspondentes. A atribuição, legalmente respaldada e universalista, da agência realizada pela democracia política é um fato absolutamente crucial em si mesmo e por suas múltiplas repercussões, sobre as quais voltarei ao longo deste livro. (O'Donnell, 2010b:40)

Como veremos, essa ideia da agência é fundamental para a compreensão do conceito de cidadania e, depois, para uma visão não restritiva nem reducionista da democracia moderna. Neste sentido, O'Donnell indica:

(...) a condição de cidadania política é complexa. É *adscritiva*, pois (salvo no caso dos cidadãos naturalizados) corresponde aos indivíduos pelo mero fato de ter nascido em um território (*ius solis*) ou de uma descendência (*ius sanguinis*). É *potencialmente* “empoderadora”, pois os indivíduos podem querer usar esses direitos e liberdades a fim de levar a cabo uma variedade de ações. É *limitadamente universalista*, no sentido de que, dentro da jurisdição do Estado, é outorgada sob os mesmos termos a todos os/as adultos/as que cumprirem o critério de nacionalidade. É também uma *condição formal*, pois é estabelecida por normas legais que, no seu conteúdo, promulgação e aplicação, satisfazem critérios que são estipulados, por sua vez, por outras normas legais. Por último, a cidadania política é *pública*. Com isso, quero dizer, primeiro, que é resultado de leis que devem cumprir exigências cuidadosamente explícitas em relação à sua publicidade e, segundo, que os direitos, liberdades e obrigações que outorgados a cada *ego* implicam (e demandam legalmente) um sistema de reconhecimento mútuo de todos os indivíduos, independentemente de sua posição social, como portadores desses direitos, liberdades e obrigações. (*ibidem*:43)

Como podemos apontar, o aporte conceitual de Guillermo O'Donnell foi substantivo para o desenvolvimento da Ciência Política, tanto na região quanto em todo o mundo.

GUILLERMO O'DONNELL: EXEMPLO, CRÍTICA E VOCAÇÃO

No estudo realizado durante o VIII Congresso Nacional de Ciência Política por Néida Archenti e María Belén Alonso, fica clara a relevância da figura de Guillermo O'Donnell na Ciência Política argentina. Não se trata de um simples *ranking* de nomes, mas da peculiaridade indiscutível de sua figura, pois não só é considerado unanimemente como o cientista político mais relevante, como os seus livros, principalmente *El Estado Burocrático-Autoritario* e *Contrapuntos*, encabeçaram as listas de títulos selecionados, na qual também aparecia *Modernización y Autoritarismo*. Ao analisar a faixa de idade dos entrevistados, é possível observar que essa apreciação é generalizada, portanto, todas as gerações de cientistas políticos afirmam o mesmo, o que ocorre de maneira unânime se considerarmos também a procedência institucional e geográfica. Com respeito às obras escolhidas, observa-se certa variação; os cientistas políticos de mais idade apontam o livro *Modernización y Autoritarismo* como o mais relevante do autor; de qualquer modo, os livros de O'Donnell continuam sendo considerados mais importantes

que os de qualquer outro autor (Archenti e Alonso, 2008)¹⁷. Nas várias entrevistas realizadas por Martín D'Alessandro e Pablo Bulcourn para a elaboração de seus diversos trabalhos sobre a história da Ciência Política na Argentina, todos os entrevistados afirmaram, de maneira unânime, que Guillermo O'Donnell era o cientista argentino mais importante e que suas contribuições conceituais eram as mais utilizadas, discutidas e utilizadas como referência dentro da disciplina (Bulcourn e D'Alessandro, 2002, 2003). Nas pesquisas realizadas por Cecília Lesgart e parcialmente sintetizadas no seu livro *Usos de la Transición a la Democracia. Ensayo, Ciencia y Política en la Década del '80*, a autora analisa de forma detalhada as diferentes temáticas tratadas por O'Donnell, desde a modernização até os estudos sobre as transições. Ao longo de toda a pesquisa, fica clara a relevância das contribuições de O'Donnell durante todo o período estudado (Lesgart, 2003).

Centrando a análise no âmbito das políticas públicas, podemos observar que o trabalho realizado por Oscar Oszlak e Guillermo O'Donnell, "Estado y Políticas Estatales en América Latina: Hacia una Estrategia de Investigación", lançado originalmente como documento do Cedes em 1976 e publicado posteriormente como artigo em várias revistas, é o texto argentino mais utilizado nos diferentes capítulos que integram o livro *Estado y Administración Pública. Críticas, Enfoques y Prácticas en la Argentina Actual*, organizado por Guillermo Schweinheim em 2009. Este livro coletivo reúne as apresentações mais destacadas dos cinco primeiros Congressos Argentinos de Administração Pública organizados em parceria pela Associação Argentina de Estudos da Administração Pública (AAEAP) e pela Associação de Administradores Governamentais. Isso demonstra como a figura de Guillermo O'Donnell também é central em uma área interdisciplinar como os estudos vinculados à administração e às políticas públicas (Schweinheim, 2009). Igual resultado surge da análise sobre o desenvolvimento específico dessa área realizado por Nelson Cardozo e Pablo Bulcourn; aqui, o mesmo trabalho de Oszlak e O'Donnell é considerado o principal referencial nos estudos sobre políticas públicas realizados na Argentina (Bulcourn e Cardozo, 2010). Com respeito aos problemas relativos ao Estado, a elaboração conceitual de O'Donnell tem sido uma das principais referências na Argentina, tanto em produções de caráter mais teórico quanto orientando as análises empíricas, seja em matéria de processos e dinâmicas estatais ou sobre políticas públicas; neste caso, as publicações mais citadas foram o trabalho "Apuntes para una Teoría del Estado", lançado inicialmente como *Documentos do Cedes* nº 9 e posterior-

mente publicado como capítulo no livro organizado por Oscar Osztak, *Teoría de la Burocracia Estatal*, de 1985, e as diferentes edições de *El Estado Burocrático-Autoritario* (Bulcourn e Cardozo, 2010).

Com relação ao desenvolvimento dos estudos sobre democracia e processos de democratização, a contribuição de Guillermo O'Donnell constituiu o conjunto de trabalhos mais citados em toda a América Latina; desde seu primeiro livro, *Modernización y Autoritarismo*, passando pelos estudos comparados presentes nos quatro tomos de *Transiciones desde un Gobierno Autoritario*, organizados com Schmitter e Whitehead, realizando um ponto de inflexão a partir da publicação que se originou do artigo do Instituto Kellogg, "Democracia delegativa". Este trabalho é considerado por muitos especialistas da área como o que dividirá os estudos sobre a democratização na região, abrindo um grande debate dentro da disciplina ao tratar de analisar os tipos específicos de democracia que foram se consolidando na região.

Como tentamos demonstrar neste humilde artigo, o trabalho intelectual de Guillermo O'Donnell não deve ser analisado apenas no plano estrito da produção científica e dos debates que gerou quanto ao aspecto do conhecimento, pois foi, antes de tudo, um construtor incansável da disciplina em todos os espaços nos quais exerceu sua profissão, na docência, na pesquisa e, especialmente, nas principais redes e associações. Sua atuação nos organismos internacionais foi muito importante, sobretudo nos últimos anos, ao procurar contribuir em diferentes programas que apontavam para o melhoramento das instituições democráticas e da qualidade e efetividade das políticas públicas dos governos.

A atitude crítica acompanhou-o sempre e, desde a juventude, manifestou certa "rebeldia" com relação ao poder instituído, o que lhe valeu várias sanções disciplinares durante seus estudos secundários. Durante a formação universitária de graduação, mostrou um enorme compromisso com a militância política estudantil, que posteriormente estendeu à vida nacional, etapa sobre a qual teve sempre uma visão essencialmente autocrítica. Sua vocação de tentar compreender a especificidade dos fenômenos políticos latino-americanos levou-o a analisar detalhadamente as contribuições geradas nos principais centros de produção do campo disciplinar, dando lugar à criatividade conceitual com os rastros de sua constante ironia e com sua necessidade de ver as múltiplas facetas de todos os fenômenos sociais. Guillermo O'Donnell

foi enormemente polêmico e, portanto, humano, tornando-se um exemplo para os cientistas políticos de diferentes gerações.

(Recebido para publicação em abril de 2012)

NOTAS

1. É importante a diferenciação entre uma “história interna”, que aborda a análise dos aspectos constitutivos do próprio campo disciplinar, e uma “historia externa”, que destaca os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que conformam tanto a matriz histórica quanto os condicionantes para o desenvolvimento do próprio campo. É claro que as duas dimensões encontram-se em constante interação.
2. Seguindo a García Selgas: “(...) a metateoria realiza as seguintes tarefas: i. Reconstrói os processos e meios conceptuais e simbólicos da conformação das teorias; ii. Reconstrói os elementos e aspectos de uma teoria e o modo em que se articulam; iii. Reconsidera o sentido dado aos principais termos da teoria e as conexões que lhe são atribuídas à luz de certas constatações empíricas; iv. Especifica os temas que pretende abordar e, portanto, o domínio ou domínios de objetos aos quais pretende ser aplicável, bem como os supostos por trás da teoria; e v. propõe uma interpretação da teoria com base nos dados obtidos e no caráter de criteriologia de segundo grau do aparato conceitual utilizado ao longo de todo o estudo” (García Selgas, 1994:22).
3. Ao realizar estudos em profundidade, é muito importante estabelecer o capital material e o capital simbólico possuídos pelos indivíduos e grupos. Desta forma, podemos observar como se vinculam estruturalmente com a sociedade na qual se desenvolvem. A procedência familiar, os laços pessoais, o lugar de estudo de origem permitem estabelecer diferentes relações de poder no campo em questão. Os trabalhos de Pierre Bourdieu marcaram o caminho para este aspecto da análise (Bourdieu, 2008).
4. No caso do estudo da História da Sociologia e seus principais referenciais na Argentina, o caminho se encontra muito mais avançado que na Ciência Política. Cabe mencionar como exemplos os trabalhos *Razón y Modernidad. Gino Germani y la Sociología en la Argentina*, de Alejandro Blanco; *Gino Germani. Del Antifascismo a la Sociología*, de Ana Germani; *Utopía y Desencanto. Creación e Institucionalización de la Carrera de Sociología en la Universidad de Buenos Aires 1955-1966*, de Alberto Noé, e a compilação realizada por Horacio González, *Historia Crítica de la Sociología Argentina*. Em relação aos estudos de pós-graduação, cabe destacar a implementação de seminários sobre esta temática, tanto na FLACSO quanto na Universidade de Buenos Aires, coordenados por Alejandro Blanco e Diego Pereyra (Bulcourf, 2007).
5. Antes disso, entre os anos 1971 e 1975, O'Donnell havia trabalhado como pesquisador no Centro de Investigaciones en Administración Pública (CIAP) do Instituto Torcuato Di Tella. Esta experiência permitiu-lhe participar de um inquieto grupo de jo-

vens pesquisadores (junto com Marcelo Cavarozzi, Oscar Oszlak e Horacio Boneo) especialmente motivados pela esperança democrática criada pela desintegração do regime burocrático-autoritário em 1971.

6. Ao longo da sua vida acadêmica e profissional, Guillermo O'Donnell foi membro das seguintes associações: 1) International Political Science Association (IPSA); 2) International Sociological Association (ISA); 3) International Studies Association (ISA); 4) Latin American Studies Association (LASA); 5) Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES); 6) Sociedad Argentina de Análisis Político (SAAP); e 7) Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).
7. Em toda a sua carreira, O'Donnell recebeu títulos de Doutor *Honoris Causa* nas seguintes instituições: Universidade do Chile (2009), Universidade Católica de Córdoba (2009), Universidade Nacional de Córdoba (2009), Pontifícia Universidade Católica do Peru (2009), Universidade Livre de Berlim (2005), Universidade Nacional de Rosário (1999); foi nomeado “professor destacado” na Universidade Nacional de Mar del Plata (1997) e na Universidade de Buenos Aires (1996). Recebeu os seguintes prêmios: prêmio “Lifetime Achievements in Political Science” de la Asociación Internacional de Ciencias Políticas (2006), prêmio “Kalman Silvert” concedido pela Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) (2003), prêmio “Luebert” ao melhor trabalho em política comparada concedido pela Associação Americana de Ciência Políticas (2002); e prêmio “Konex” pelos seus estudos políticos (1997). Foi declarado “Cidadão Ilustre da Cidade Autônoma de Buenos Aires” pela Assembleia Legislativa (2008). Membro titular permanente da Academia Americana de Artes e Ciências (1995); medalha da “Ordem por Mérito Cultural” concedida pelo Governo do Brasil (2002), e “Presidente Honorário” da Asociación Argentina de Análisis Político (SAAP) (2003).
8. Cabe mencionar o exemplo da atitude assumida por O'Donnell perante a revista *Sociedad* quando esta não aceitou sua avaliação “negativa” de um artigo; O'Donnell exigiu que seu nome fosse retirado do Conselho Acadêmico explicando que a razão disso era “não concordar” com a política editorial da revista.
9. Esta publicação foi tão importante na Ciência Política mundial que teve duas reedições em inglês, em 1979 e 1998, ambas com novos prefácios ou comentários. Em 1985, seria também publicada uma versão em coreano e, em 2008, em chinês. Recentemente, foi publicado pela segunda vez em espanhol.
10. Seriam publicadas duas versões posteriores, uma em 1997, com novo prefácio, e outra, em 2009, com nova conclusão. A versão em inglês apareceu em 1988, e a em português, em 1990.
11. O primeiro dos livros teve sua tradução para o inglês em 2007.
12. Em 1984, apareceu a versão em japonês; em 1986, em português e, em 1989, em espanhol, sendo reimpresso em 1994, da mesma forma que o quarto volume, em 2009; além disso, existe uma versão em croata, de 2006.
13. Como afirmamos em outro trabalho (Bulcourn e Reina, 2009:35), David Apter é um intelectual que exerceu grande influência sobre a formação de toda uma geração de cientistas políticos que, mais cedo ou mais tarde, adquiririam uma posição notável como analistas da realidade latino-americana, em geral, e da Argentina, em particular. Por exemplo, os primeiros argentinos que trabalharam com Apter foram Torcuato Di Tella, José Nun e Carlos Strasser para o projeto “Política da Moderniza-

ção”, durante o qual a atenção daquele autor é redirigida para a nossa região, sem deixar de lado os estudos sobre países africanos, amplamente estudados por ele (Apter, 1970). As referências cruzadas entre ambos os autores são vastas. Por exemplo, o primeiro livro de O’Donnell é reconhecido atualmente como um ponto de inflexão na linha histórica do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Berkeley, onde Apter foi o primeiro a exercer o cargo de diretor associado em 1961, tendo Seymour Martin Lipset como diretor. Pelas referências que temos na atualidade, sabemos que construíram sua relação de amigos-colegas em Yale, enquanto O’Donnell realizava seu doutorado, e depois compartilharam *fellowship* no Instituto de Estudos Avançados na Escola de Ciências Sociais, criada em 1973. Na próxima seção, vamos tratar do primeiro livro de O’Donnell, *Modernización y Autoritarismo*, originalmente seu projeto de tese de doutorado e trabalho que contém as principais linhas de continuidade entre as posturas de Apter e os escritos de O’Donnell. Nesta linha argumental, podem ser vistos os trabalhos de David Apter e Samuel Huntington (Apter, 1970, 1972; Huntington, 1972).

14. A isto, O’Donnell acrescenta que: “a dominação é relacional: é uma modalidade de vinculação entre sujeitos sociais. É, por definição, assimétrica, já que é uma relação de desigualdade. Esta assimetria surge do controle diferencial de certos recursos, graças aos quais é habitualmente possível obter o ajuste dos comportamentos e das abstenções do dominado à vontade – expressa, tácita ou suposta – do dominante” (O’Donnell, 1985:200-201).
15. Isto não significa que os integrantes do projeto não estivessem, desde o início, claramente conscientes da necessidade de considerar os aspectos sociais mais “estruturais”, mas estes deviam ser combinados com o jogo estratégico dos atores, no qual “agentes” e “estruturas” articulam-se em um processo complexo e de grande incerteza. “Ao estudar um regime político institucionalizado é possível basear-se em categorias econômicas, sociais, culturais e partidárias relativamente estáveis, a fim de identificar, analisar e avaliar as identidades e estratégias de quem defende o *status quo* e de quem luta para reformá-lo ou transformá-lo. Entendemos que esta ‘metodologia da ciência normal’ é inapropriada para abordar situações que mudam rapidamente, nas quais esses parâmetros de ação política encontram-se em permanente transformação. (...) Tampouco pretendemos negar o efeito causal a longo prazo dos fatores estruturais (incluindo os referentes à macroeconomia, à classe social e ao sistema mundial). Repitamos isso, pois não queremos ser mal compreendidos: essa é a nossa maneira de reconhecer o alto grau de indeterminação presente em situações nas quais os acontecimentos inesperados (o “acaso”), a informação insuficiente, as decisões audazes e apressadas, a confusão em torno dos motivos e interesses, a plasticidade e também a indefinição das identidades políticas, bem como o talento de certos indivíduos (a ‘virtude’), são, com frequência, decisivas para chegar aos desenlaces, o que não implica negar que os fatores macroestruturais continuam presentes, como vemos em vários pontos desse volume” (O’Donnell e Schmitter, 2010:24-26).
16. Um dos debates mais interessantes está no conjunto de trabalhos do livro intitulado *Democracia Delegativa*, organizado por Guillermo O’Donnell, Osvaldo Iazzetta e Hugo Quiroga e publicada em 2011; ali encontramos os últimos ensaios escritos por O’Donnell junto a uma série de pequenas contribuições provenientes de revistas e conferências editadas posteriormente (O’Donnell, 2010a, 2010b, 2011).

17. As autoras afirmam: “O que não deixa margem a dúvida é quem é considerado o cientista político mais destacado da disciplina no nosso país: 66 por cento dos entrevistados mencionou de forma espontânea Guillermo O'Donnell, que somou 142 menções. O seu nome aparece seguido por uma multiplicidade de outros nomes (33) que acumulam, em média, menos de 9 menções cada um. O prestígio de O'Donnell é reconfirmado no momento de indicar os textos mais importantes da Ciência Política, entre os que se destacam seis de sua autoria, dois dos quais ocupam os primeiros lugares: *El Estado Burocrático-Autoritario* (11,9 por cento dos entrevistados) e *Contrapuntos* (10,7 por cento dos entrevistados). O grande consenso em torno à figura de um único autor e a grande dispersão em relação ao resto dos mencionados como cientistas políticos mais destacados manifesta, por um lado, o amplo reconhecimento da figura de O'Donnell neste setor da comunidade das Ciências Políticas argentina e, por outro, a ausência de outras figuras capazes de convocar um consenso com respeito ao prestígio de sua obra. Isto é, junto à liderança de Guillermo O'Donnell, a Ciência Política argentina parece funcionar como uma comunidade de pares na qual cada um é reconhecido por algum outro por seu trabalho científico, mas sem que nenhum dos pares se destaque” (Archenti e Alonso, 2008:466).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Decidimos classificar a bibliografia, separando as obras gerais daquelas de autoria de Guillermo O'Donnell.

Bibliografia geral

- ALFORD, Robert e FRIEDLAND, Roger. (1991), *Los Poderes de la Teoría*. Buenos Aires, Manantial.
- ALMOND, Gabriel. (1999), “Mesas Separadas: Escuelas y Corrientes en las Ciencias Políticas”, in G. Almond, *Una Disciplina Segmentada. Escuelas y Corrientes en las Ciencias Políticas*. México, Fondo de Cultura Económica.
- APTER, David. (1970), *Estudio sobre la Modernización*. Buenos Aires, Amorrortu.
- . (1972), *Política de la Modernización*. Buenos Aires, Paidós.
- ARCHENTI, Néida e BELÉN ALONSO, María. (2008), “VIII Congreso Nacional de Ciencia Política. Un Espacio con Nuevas Voces”. *Revista SAAP*, vol. 3, nº 2, junho.
- BOURDIEU, Pierre. (2003), *Campo de Poder, Campo Intelectual*. Buenos Aires, Quadrata.
- BULCOURF, Pablo. (1996), “¿Qué Entendemos por Teoría Política?”. *PostData*, nº 1.
- . (2007), “Las Nieves del Tiempo Platearon mi Sien: Reflexiones sobre la Historia de la Ciencia Política en la Argentina”. *Sociedad Global*, vol. 1, nº 1.

- e D’ALESSANDRO, Martín. (2002), “La Ciencia Política en la Argentina desde sus Comienzos hasta los Años 80”. *Revista de Ciencias Sociales*, nº 13.
- . (2003), “La Ciencia Política en la Argentina”, in J. Pinto (org.), *Introducción a la Ciencia Política*. Buenos Aires, Eudeba.
- BULCOURF, Pablo e CRUZ VAZQUEZ, Juan. (2004), “La Ciencia Política como Profesión”. *PostData*, nº 10, dezembro.
- BULCOURF, Pablo e JOLÍAS, Lucas. (2006), “La Historia de la Ciencia Política en la USAL”, in E. Suárez (org.), *La Ciencia Política en la Argentina*. Buenos Aires, Universidad del Salvador.
- BULCOURF, Pablo e REINA, Augusto. (2006), El Concepto de Estado en la Obra de Guillermo O’Donnell. Trabalho apresentado na I Jornada de Ciencia Política de la Universidad del Salvador (USAL), Buenos Aires, maio.
- . (2009), “Comprendiendo al Estado: Los Aportes de Guillermo O’Donnell a su Reconceptualización en América Latina”. *Revista de Ciencia Política y Relaciones Internacionales*, Año 2, nº 2.
- BULCOURF, Pablo e CARDOZO, Nelson. (2010), “El Desarrollo de los Estudios sobre Administración y Políticas Públicas en la Argentina a partir del Proceso Democratizador”. *Nuevo Espacio Público*, nº 5.
- CARDOZO, Nelson. (2011), “El Aporte de Guillermo O’Donnell a los Estudios sobre el Estado y las Políticas Públicas en la Región”. *Newletter en Honor a Guillermo O’Donnell. Espacios Políticos*. Disponível em <http://www.espaciospoliticos.com.ar>.
- D’ALESSANDRO, Martín. (2011), “Los Aportes Intelectuales de Guillermo O’Donnell”. *Newletter en Honor a Guillermo O’Donnell. Espacios Políticos*. Disponível em <http://www.espaciospoliticos.com.ar>.
- DE LUCA, Miguel. (2011), “Guillermo O’Donnell y las Organizaciones de Politólogos”. *Newletter en Honor a Guillermo O’Donnell. Espacios Políticos*. Disponível em <http://www.espaciospoliticos.com.ar>.
- FERNÁNDEZ, Arturo. (2002), “El Desarrollo de la Ciencia Política en Argentina”, in A. Fernández (org.), *Ciencia Política en Argentina. Dos Siglos de Historia*. Buenos Aires, Ediciones Biebel.
- GARCÍA SELGAS, Fernando. (1994), *Teoría Social y Metateoría Hoy. El Caso de Anthony Giddens*. Madri, Siglo XXI e Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).
- GIDDENS, Anthony. (1987), *Las Nuevas Reglas de Método Sociológico*. Buenos Aires, Amorrortu.
- HUNTINGTON, Samuel. (1972), *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*. Buenos Aires, Paidós.
- LESGART, Cecilia. (2003), *Usos de la Transición a la Democracia. Ensayo, Ciencia y Política en la Década del ’80*. Rosario, Homo Sapiens.
- MARSH, David e STOKER, Gerry (eds.). (1997), *Teoría y Métodos de la Ciencia Política*. Madri, Alianza.

- MUNCK, G. e SNYDER, R. (2005), "El Pasado, Presente y Futuro de la Política Comparada". Entrevista realizada com Juan Linz. *Revista Política y Gobierno*, vol. XII, nº 1, primeiro semestre.
- SCHWEINHEIM, Guillermo (org.). (2009), *Estado y Administración Pública. Críticas, Enfoques y Prácticas en la Argentina Actual*. Buenos Aires, Asociación Argentina de Estudios de la Administración Pública (AAEAP).
- O'DONNELL, Guillermo. (1998), "Una Sociedad Decente es Aquella Cuyas Instituciones Respetan a las Personas". Entrevista concedida a *Publicaciones*, nº 2, novembro. Disponível em <http://www.politica.com.ar/Filosofiaãpolitica/Odonellãreportaje.htm>.
- OLIVÉ, León. (1985), *Estado, Legitimación y Crisis*. México, Siglo XXI.
- PASQUINO, Gianfranco. (1996), "Naturaleza y Evolución de la Disciplina", in G. Pasquino, S. Bartolini et al., *Manual de Ciencia Política*. Madri, Alianza.
- SCHMITTER, Philippe. (2011), "Veinticinco Años, Quince Hallazgos". *PostData*, vol. 16, nº 1.
- ZABLUDOVSKY, Gina. (1995), "Metateoría y Sociología: El Debate Contemporáneo". *Sociedad*, nº 7.

Bibliografía específica de Guillermo O'Donnell

- O'DONNELL, Guillermo. (1972), "Modernización y Golpes Militares. Teoría, Comparación y el Caso Argentino". *Desarrollo Económico*, vol. XII, nº 47.
- . (1972), *Modernización y Autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós.
- . (1977), "Estado y Alianzas en la Argentina, 1956-1976". *Desarrollo Económico*, vol. XVI, nº 64.
- . (1981), "Las Fuerzas Armadas y la Política en América Latina", in N. Letchner (ed.), *Estado y Política en América Latina*. México, Siglo XXI Editores.
- . (1985), "Apuntes para una Teoría del Estado", in O. Oszlak (org.), *Teoría de la Burocracia Estatal*. Buenos Aires, Paidós.
- . (1993), "Estado, Democratización y Ciudadanía". *Nueva Sociedad*, nº 128.
- . (1996), *El Estado Burocrático Autoritario*. Buenos Aires, E. De Belgrano.
- . (1997), *Contrapuntos*. Buenos Aires, Paidós.
- . (2004), "Ciencias Sociales en America Latina. Mirando Hacia el Pasado y Atisbando Hacia el Futuro". *El Debate Político*, nº 1.
- . (2004b), "Democracia en la Argentina. Micro y Macro", in G. O'Donnell, *Contrapuntos: Ensayos Escogidos sobre Autoritarismo y Democratización*. Buenos Aires, Paidós.
- . (2004c), "¿Y a Mí que Mierda me Importa?", in G. O'Donnell, *Contrapuntos. Ensayos Escogidos sobre Autoritarismo y Democratización*. Buenos Aires, Paidós.
- . (2007), *Disonancias. Críticas Democráticas a la Democracia*. Buenos Aires, Prometeo.
- . (2008), *Catacumbas*. Buenos Aires, Prometeo.

- . (2010a), “La Democracia y las Fronteras Dinámicas de la Política”, in A. García Linera, E. Laclau e G. O’Donnell, *Tres Pensamientos Políticos*. Buenos Aires, UBA Sociales-Publicaciones.
- . (2010b), *Democracia, Agencia y Estado. Teoría con Intensión Comparativa*. Buenos Aires, Prometeo.
- . (2011), “La Retrospectiva de Schmitter: Algunas Notas de Desacuerdo”. *PostData*, vol. 16, nº 1.
- , SCHMITTER, Philippe. (2010), *Transiciones desde un Gobierno Autoritario. Conclusiones Tentativas sobre Democracias Inciertas*. Buenos Aires, Prometeo.
- O’DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Osvaldo e QUIROGA, Hugo (coords.). (2011), *Democracia Delegativa*. Buenos Aires, Prometeo.
- OSZLAK, Oscar e O’DONNELL, Guillermo. (1982), “Estado y Políticas Estatales en América Latina: Hacia una Estrategia de Investigación”. *Revista Venezolana de Desarrollo Administrativo*, nº 1.

Documentos escritos por Guillermo O’Donnell no CEDES, relevantes para este artigo

- O’DONNELL, Guillermo. (1975), “Reflexiones sobre las Tendencias Generales de Cambio en el Estado Burocrático-Autoritario”. *Documento Cedes*, nº 1.
- . (1976), “Estado y Alianzas en la Argentina, 1956-1976”. *Documento Cedes*, nº 5.
- . (1977), “Apuntes para una Teoría del Estado”. *Documento Cedes*, nº 9.
- . (1978), “Tensiones en el Estado Burocrático-Autoritario y la Cuestión de la Democracia”. *Documento Cedes*, nº 11.
- OSZLAK, Oscar e O’DONNELL, Guillermo. (1976), “Estado y Políticas Estatales en América Latina: Hacia una Estrategia de Investigación”. *Documento Cedes*, nº 4.
- Esses documentos estão disponíveis na página CEDES: <http://www.cedes.org/informacion/ci/publicaciones/docat.html>

Documentação Pessoal

- O’DONNELL, Guillermo. (2009), *Curriculum Vitae* I.
- . (2010), *Curriculum Vitae* II.
- . (2010), *Curriculum Vitae* III.
- COLÉGIO ARGENTINA MODELO. (1950), *Boletín de Estudios de Guillermo O’Donnell*. Buenos Aires.

ABSTRACT

Guillermo O'Donnell and his Contribution to the Development of Political Science in Latin America

This article analyzes central aspects in the intellectual career of the outstanding Argentine political scientist Guillermo O'Donnell, recently deceased, in late 2011. The article briefly discusses O'Donnell's role as one of the main actors in regional and international political science, as well as his capacity to build institutions and networks during a key time for the field's development. The article highlights his ability to "tell it like it is" in the process of fundamental conceptual construction in the entire scientific field and to orient an important part of the debates.

Key words: Guillermo O'Donnell; Political Science; Latin America; bureaucratic-authoritarian state; delegative democracy

RÉSUMÉ

Guillermo O'Donnell et sa Contribution au Développement de la Science Politique Latino-américaine

Dans cet article, on examine les aspects marquants de la biographie intellectuelle du renommé politologue argentin Guillermo O'Donnell, décédé fin 2011. On y relève son rôle de protagoniste de la science politique régionale et mondiale, ainsi que sa capacité à construire des institutions et réseaux à un moment-clé du développement de la science politique. On y souligne son habileté à "désigner les meilleurs" dans la démarche d'élaboration conceptuelle indispensable à toute discipline scientifique ainsi qu'à guider certaines discussions qui les concernent.

Mots-clés: Guillermo O'Donnell; Science politique; Amérique Latine; état bureaucratique et autoritaire; démocratie par délégation